



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1036/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 728/2010 (04 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Escritório de Representação do Governo em Brasília.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Mário Manoel Coelho de Mello, Representante do Governo em Brasília.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº. 079/2012 (fls. 756/764).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3284/2012-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 765/767).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Escritório de Representação do Governo em Brasília. Exercício de 2009.

Contas regulares com ressalvas. Recomendações ao Escritório de Representação do Governo em Brasília.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de **julgar regulares com ressalvas** as Contas do Escritório de Representação do Governo em Brasília, referente ao exercício de 2009, tendo como responsável o **Sr. Mário Manoel Coelho de Mello**, Representante do Governo em Brasília, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, para:

9.1- Recomendar ao Escritório de Representação do Governo em Brasília, sob pena de aplicação de multa em caso de reincidência nos mesmos atos, que:

a) observe os prazos para o envio dos balancetes mensais, via ACP, bem como **supervisione** o trabalho do servidor responsável pela inserção desses dados no sistema ACP, a fim de evitar atrasos e a punição deles decorrentes;

b) priorize a regra do concurso público, inserta no art. 37, II, da CF/88, e, quando da terceirização de atividades da área meio, **realize** o devido procedimento licitatório, antes da formalização de contrato;

c) elabore inventário de estoque de materiais existentes ao final de cada exercício e relação dos materiais adquiridos no exercício, de modo a haver um adequado controle desse estoque;

d) cumpra rigorosamente os ditames do Decreto-Lei n.º 26.337, de 12 de dezembro de 2006, quando dos deslocamentos dos servidores do Escritório de Representação do Governo do Amazonas em Brasília;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 1036/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

e) observe o estrito cumprimento, nas próximas dispensas de licitação, do limite previsto no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93;

f) observe a regra da obrigatoriedade de realização do devido processo licitatório, quando da contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n.º 8.666/93, atentando para as hipóteses dos arts. 24 e 25, da Lei n.º 8.666/93, nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

g) atente para a correta alimentação da relação de empenhos pagos e da relação de anulação de empenho pagos no sistema ACP.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral